

## **PRIMEIRO CONGRESSO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO PLANETÁRIA E TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS**

### **HOMOFOBIA E TRANSFOBIA NO BRASIL: DESAFIOS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE E DO RESPEITO À DIVERSIDADE**

Rafael Sousa Ribeiro de Moraes<sup>1</sup>

#### **INTRODUÇÃO**

A homofobia e a transfobia configuram-se como formas persistentes de violência e discriminação no contexto social brasileiro, afetando diretamente a dignidade e os direitos fundamentais da população LGBTQIA+. Essas práticas estão enraizadas em construções históricas, culturais e religiosas que reforçam padrões heteronormativos. Segundo Borrillo (2010), “a homofobia é um sistema de rejeição e exclusão baseado na hierarquização das sexualidades” (p. 15), o que evidencia seu caráter estrutural.

No Brasil, apesar dos avanços normativos no reconhecimento de direitos da população LGBTQIA+, os índices de violência permanecem elevados. A discriminação de pessoas trans, em especial, revela profundas desigualdades sociais. Conforme Bento (2017), “a transfobia se manifesta na negação sistemática do direito à existência das pessoas trans” (p. 48), tornando urgente o debate sobre igualdade e respeito à diversidade.

#### **DESENVOLVIMENTO**

A homofobia e a transfobia podem ser compreendidas como expressões de um sistema social que regula corpos, identidades e sexualidades. Esse controle social se manifesta por meio de discursos, práticas institucionais e violências simbólicas e físicas. Para Louro (2018), “as normas de gênero produzem inclusões e exclusões no espaço social” (p. 36), reforçando estigmas contra identidades dissidentes.

No campo jurídico, o reconhecimento da LGBTfobia como forma de discriminação representa um avanço na proteção de direitos. A criminalização dessas práticas, equiparada ao crime de racismo, sinaliza um compromisso do Estado com a igualdade. Contudo, conforme Mello et al. (2012), “a existência de leis não garante, por si só, a superação da discriminação” (p. 91), sendo necessária a efetivação de políticas públicas.

---

<sup>1</sup> Mestrando pela Universidad de la Empresa (UDE) de Montevideo-UY

A escola e outras instituições educativas desempenham papel central no enfrentamento da homofobia e da transfobia. A ausência de debates sobre diversidade sexual e de gênero contribui para a reprodução de preconceitos. Segundo Junqueira (2013), “o silêncio institucional legitima práticas discriminatórias” (p. 67), dificultando a construção de ambientes inclusivos.

Além disso, a marginalização social da população LGBTQIA+ resulta em maior exposição à violência, evasão escolar e exclusão do mercado de trabalho. Pessoas trans são particularmente afetadas por essas desigualdades. Bento (2017) afirma que “a exclusão social empurra travestis e transexuais para contextos de extrema vulnerabilidade” (p. 82), evidenciando a urgência de ações afirmativas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise de estudos e dados sobre violência LGBTQIA+ no Brasil revela que a homofobia e a transfobia permanecem como desafios estruturais para a promoção da igualdade. A persistência de discursos de ódio e a naturalização da violência dificultam avanços significativos. Borrillo (2010) destaca que “o preconceito se alimenta da ignorância e da invisibilidade” (p. 59), reforçando a importância da educação em direitos humanos.

Os resultados indicam que políticas públicas voltadas à promoção da diversidade e do respeito às diferenças apresentam impactos positivos, sobretudo quando articuladas com ações educativas e comunitárias. Mello et al. (2012) ressaltam que “a cidadania LGBTQIA+ depende do reconhecimento social e institucional” (p. 114), o que exige atuação intersetorial do Estado.

Observa-se ainda que a produção de dados sobre violência homotransfóbica é fundamental para o planejamento de ações preventivas. A subnotificação dos casos compromete a efetividade das políticas públicas. Segundo Junqueira (2013), “a invisibilidade estatística reforça a exclusão social” (p. 103), dificultando o enfrentamento do problema.

## **CONCLUSÃO**

Diante de todo exposto, a homofobia e a transfobia no Brasil representam obstáculos significativos à consolidação de uma sociedade democrática e plural. A promoção da igualdade e do respeito à diversidade exige não apenas avanços legais, mas também mudanças culturais e educacionais profundas. Conforme Louro (2018), “educar para a diversidade é questionar normas que produzem desigualdades” (p. 129).

Dessa forma, torna-se imprescindível fortalecer políticas públicas de inclusão, ampliar ações educativas e garantir a efetivação dos direitos da população

LGBTQIA+. O enfrentamento da discriminação depende do compromisso coletivo com os direitos humanos e com a valorização da diversidade como princípio fundamental da vida social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bento, B. (2017). *Transviad@s: Gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA.
- Borrillo, D. (2010). *Homofobia: História e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Junqueira, R. D. (2013). *Diversidade sexual na educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: MEC/UNESCO.
- Louro, G. L. (2018). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Mello, L., Brito, W., & Maroja, D. (2012). *Políticas públicas para a população LGBT no Brasil*. São Paulo: Annablume.

Profa. Dra. Cássia S. de C.  
Ribeiro  
160.244.725.18

**Prof. Dra.**  
*Revista PHILOS*  
Website: <https://seuartigo.com.br/>



Junior Peres  
Coordenação Geral  
Congresso Internacional em  
Educação Planetária  
CNPJ: 45774153000124

